O AMAPÁ

QUINTA-FEIRA - 18 de Junho de 2024, ANO: XIX | EDIÇÃO: 1814

www.jornaloamapa.com jornaloamapa jornaloamapa

CENTRAL DA EXPOFEIRA

Foto: Arquivo/Rurap

Com o lançamento da Central da Expofeira 2024, da 53ª edição da maior feira de negócios do Amapá, iniciou-se também a implantação de diversos serviços administrativos e a apresentação de unidades agroextrativistas voltadas para o produtor rural e a população

Página 06

Foto: Reprodução/Internet

Página 02

OPORTUNIDADE DE TRABALHO:

confira as vagas de emprego do Sine Amapá

Ganho aos estudantes impossibilitados de ir às aulas

Página 04

Foto: Jorge Cesar

Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Macapá

Página 05

Juiz Marconi Pimenta convocado para atuar em gabinete

Página 03

Foto: Ascom/MPAP

Página 04

COOPERAÇÃO TÉCNICA: MPAP com o Conselho de Arquitetura

CONFIRA AS VAGAS DE EMPREGO DO SINE

OPORTUNIDADE DE TRABALHO

Nesta quinta-feira, 18, o Sistema Nacional de Emprego no Amapá (Sine-AP) oferta 46 vagas de empregos distribuídas em 17 cargos diferentes. O número de ocupações está disponível de acordo com as empresas cadastradas e são direcionadas para todos os níveis de escolaridade e experiência.

Interessados em novas oportunidades de emprego devem procurar a Casa do Trabalhador
Texto: Thaysa Ruane | Foto: Reprodução/Internet

As oportunidades de uma colocação no mercado de trabalho são atualizadas diariamente. Além do serviço de intermediação de mão de obra, o Sine realiza também a habilitação do Seguro-Desemprego e atendimento orientado sobre a utilização da Carteira de Trabalho Digital e Previdência Social.

Confira vagas:

Banhista de Animais – 1 vaga; Babá – 1 vaga; Bombeiro Hidráulico – 1 vaga; Carpinteiro – 1 vaga; Encarregado de Elétrica – 2 vagas; Encarregado de Obras – 3 vagas; Empregada Doméstica (Zona Oeste) – 2 vagas; Eletricista – 1 vaga; Encanador – 1 vaga; Ferreiro – 1 vaga; Instalador de Fachada – 1 vaga; Montador Industrial – 1 vaga; Motoboy – 1 vaga; Pedreiro – 11 vagas; Pintor – 1 vaga; Servente de obras – 16 vagas; Tosador – 1 vaga

Cadastro

Os interessados em novas oportunidades de emprego devem procurar a Casa do Trabalhador, na Avenida Mendonça Júnior, nº 2858, no bairro Santa Rita, para fazer o cadastro. O local funciona de segunda a sexta-feira, de 8h às 14h. Confira as cópias dos documentos necessários:

RG; CPF; Carteira de Trabalho e número PIS;

Comprovante de escolaridade e residência.

Além disso, é possível encaminhar o currículo com a vaga desejada para o endereço de e-mail: sinetrabalhador@sete.ap.gov.br.

EXPEDIENTE

CNPJ: **22.209.187/0001-70**
Av. **Feliciano Coelho, nº 1630**
Bairro: **Trem | Macapá-AP**
Cep: **68.901-025**

www.jornaloamapa.com
oamapa@hotmail.com

> EDITOR GERAL Jorge Cesar
> DIAGRAMADOR Wellington Maximus
> JURÍDICO Dr. Ricardo Santos

Colaboradores: Bruno de Tarso/ Carol Lopes/ Profº Marcão/ Paulo Tarso/ Tica/ Prª Samara Matos/ José Pastana/ Keila Góes e Eline Moraes (**Os mesmos são responsáveis pelo conteúdo de suas colunas**)

JUIZ CONVOCADO PARA O GABINETE

CRITÉRIO DE MERECIMENTO

Marconi Pimenta foi chamado seguindo os ritos para convocação de juízes de entrância final
Texto e Foto: Secom/Tjap

O magistrado Marconi Marinho Pimenta é o atual juiz convocado do Tribunal de Justiça do Amapá, e atuará no Gabinete do desembargador Gilberto Pinheiro, atualmente licenciado para tratamento de saúde. O juiz Marconi foi convocado pelo critério de merecimento e participou, na quarta-feira (17), da 874ª Sessão Judicial do Pleno do Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP). A convocação do magistrado está oficializada por meio da Resolução nº 1672/2024-Tjap, publicada no Diário de Justiça Eletrônico (DJe) nº 125 em 15 de julho de 2024.

A necessidade de convocação de juiz de Direito de entrância final para substituição de desembargador é definida na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) e no Regimento Interno do Tjap – que no seu artigo 7º, §1º, determina ritos para convocação de juízes de entrância final da quinta parte (20%) mais antigo (da lista de antiguidade mais recente aprovada pelo pleno) para substituição nas ausências ou impedimentos de desembargadores por 30 dias ou mais.

FEIRA DE CIÊNCIAS E ENGENHARIA

O Governo do Estado encerra no próximo sábado, 20, as inscrições para a 12ª Feira de Ciências e Engenharia do Amapá (Feceap). O evento irá acontecer de 24 a 27 de setembro, na Escola Estadual Tiradentes, em Macapá, com projetos voltados para os eixos da educação, cidadania e sustentabilidade.

Estudantes de todas as modalidades, sejam de escolas públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, podem se candidatar. As inscrições são gratuitas e devem ser feitas de forma on-line, por meio de um formulário digital. Este ano, o certame irá premiar os projetos de maior destaque com até R$ 5 mil.

A Feceap busca incentivar e divulgação de trabalhos desenvolvidos por estudantes da educação básica, profissional e tecnológica, sob a orientação de professores das diversas áreas do conhecimento, de modo a contribuir com a propagação da ciência, tecnologia e inovação.

Na inscrição, o grupo deve anexar documentos pessoais dos participantes, o plano de pesquisa do projeto, o termo de autenticidade, um resumo sucinto e um vídeo apresentando a pesquisa. Os modelos destes documentos estão disponíveis nos anexos do edital.

Estudantes de todas as modalidades podem se candidatar
Texto: Cássia Lima / Foto: Arquivo/GEA

COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA FISCALIZAR
REURB DE SANTANA

Discutida uma parceria com os arquitetos no auxílio à fiscalização do Plano de Trabalho em execução por uma empresa

Texto: Gilvana Santos / Foto: Asom/MPAP

A formalização de uma cooperação técnica para acompanhar a Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (Ruerb-S) do município de Santana foi discutida pela Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Conflitos Agrários, Habitação e Urbanismo de Santana com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá (CAU-AP). O objetivo foi estabelecer uma parceria com os arquitetos para que possam auxiliar na fiscalização do Plano de Trabalho em execução por uma empresa contratada pelo Município, bem como o cumprimento da legislação pertinente.

O Ministério Público do Amapá (MPAP) instaurou procedimento extrajudicial para acompanhar o processo que visa garantir moradia digna e com equipamentos urbanos e coletivos acessíveis aos moradores do segundo maior município do Estado, por meio da Lei Federal nº 13.465/2017, conhecida como Lei de Regularização Fundiária Urbana (Reurb).

O vice-presidente do CAU-AP, Paulo José Ramos, manifestou o interesse da entidade em participar do Reurb de Santana, destacando que tem conhecimento do andamento ágil das ações e que cabe unicamente ao profissional da arquitetura e do urbanismo essa função, de acordo com a legislação. “O Reurb não é somente o direito ao registro de propriedade do local de moradia, é um projeto que abrange tudo que a pessoa necessita para viver com dignidade”.

SENADO APROVA REGIME ESPECIAL A ESTUDANTES

Estudantes do ensino básico e superior que estejam impossibilitados de frequentar as aulas podem ter direito a um regime escolar especial com adaptações pedagógicas. É o que prevê o PL 2.246/2022, aprovado na terça-feira (16) pelo Senado. O texto que busca garantir a continuidade dos estudos para esses alunos, foi aprovado com uma emenda de redação e segue para a sanção presidencial.

O projeto, apresentado pela senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO) na época em que era deputada, contempla alunos com dificuldades de frequentar aulas em razão de tratamento ou condição de saúde que impeça seu deslocamento, além de mães lactantes e pais e mães estudantes com filhos até 3 anos de idade. “É a garantia do direito à escola, à educação, ainda que não fisicamente, nos casos extremamente necessários”, explicou a autora.

PL DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

RECEITAS E DESPESAS

Está incluído na Lei de Diretrizes a ampliação dos serviços a serem oferecidos pelo poder público municipal à população

Texto e Foto: Jorge Cesar

A meta fiscal estabelecida pela Prefeitura Municipal de Macapá para o exercício de 2025 é de R$ 1.658.719.386,42. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) nº 004/2024 está composto por três anexos, sendo o primeiro de Metas e Prioridades, onde a prefeitura seleciona as ações prioritárias para execução em 2025 já previstas no Plano Plurianual (PPA) 2022/2025.

No segundo anexo, de metas fiscais, são projetadas receitas e despesas para o triênio 2024/2027, quanto o município pretende arrecadar no próximo exercício, qual a meta de crescimento. No terceiro anexo é previsto os riscos fiscais que o município está exposto, ou seja, possíveis demandas judiciais que venham a acontecer; precatórios; ações judiciais em andamento com possibilidade de execução.

A meta fiscal estabelecida para o exercício de 2025 é de R$ 1.658.719.386,42. "Com uma expectativa de crescimento tímida, considerando que nós estamos com a economia retomando o crescimento do pós-pandemia. Às vezes olhamos para trás e pensamos que a pandemia está distante, mas para a economia do país, hoje, ainda sofremos reflexos", disse a secretária Municipal de Planejamento, Leila Pacheco, durante audiência pública na Câmara Municipal de Vereadores (CMV) ocorrida em junho.

Os indicadores fiscais foram calculados com base na conjuntura atual, considerando o crescimento tímido para a economia, o que conduziu a projeções moderadas que levaram em consideração os índices oficiais do Banco Central do Brasil, bem como o caso das receitas internas como, por exemplo, o IPTU. Foi também levado em consideração fatores como o crescimento vegetativo, inadimplência, dentre outros.

Os recursos de transferências voluntárias são projetados levando como base os saldos de convênios em execução e as informações fornecidas pelos órgãos quanto a sua captação.

A despesa pública foi projetada tomando como base parâmetros, como a Despesa de Pessoal, considerada a maior despesa do município, tendo como premissa a ampliação dos serviços a serem oferecidos, bem como a variação da inflação para o próximo exercício conforme a projeção do Banco Central (BC).

Em relação a transferência para o Legislativo municipal, foi levado em consideração o artigo nº 29a da Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município de Macapá. As demais despesas foram baseadas nas projeções da inflação feitas pelo BC.

EXPOFEIRA INCLUI O PRODUTOR RURAL

UNIDADE AGROEXTRATIVISTA

Programação conta como novidade que os próprios produtores rurais deverão montar o plantio, e os técnicos extensionistas fornecerão orientações específicas

Texto: Weverton Façanha / Foto: Arquivo/Rurap

Com o lançamento da Central da Expofeira 2024, da 53ª edição da maior feira de negócios do Amapá, iniciou-se também a fase de implantação de diversos serviços administrativos e a apresentação de unidades agroextrativistas voltadas para o produtor rural e a população em geral. Realizada pelo Governo do Estado, a programação será realizada de 29 de agosto a 8 de setembro, no Parque de Exposições da Fazendinha, em Macapá.

A programação será coordenada pelo Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural (Rurap), autarquia estadual da administração indireta do Estado, com autonomia administrativa financeira, e conta com uma novidade na unidade demonstrativa: os próprios produtores rurais deverão montar o plantio, enquanto os técnicos extensionistas fornecerão orientações específicas para cada arranjo produtivo.

“Em nosso espaço, vamos montar diversas unidades demonstrativas agrícolas, incluindo hortaliças agroecológicas, hidroponia elevada, sistemas agroflorestais comerciais e de subsistência, suinocultura, piscicultura e outros. Tudo isso será para mostrar como é nosso trabalho no campo”, destacou o diretor-presidente do Rurap, Jorge Rafael.

A unidade da agricultura familiar também oferece a produção e comercialização de açaí, com o beneficiamento do fruto sendo feito na hora, proveniente das áreas ribeirinhas do Amapá. Além desses serviços, haverá uma área externa que apresentará um demonstrativo de pastos e capim, voltado para a pecuária.

“Queremos colocar o agricultor diretamente para realizar as atividades práticas em cada cultura, enquanto os extensionistas ficarão com a parte técnica. Assim, podemos estar mais próximos da realidade. Estamos construindo isso junto com a equipe”, completou Rafael.

Emissão de documentos

Durante os 11 dias da 53ª Expofeira do Amapá, o Rurap disponibilizará uma sala administrativa onde o produtor rural poderá solicitar a inclusão no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, um documento que dá acesso a todos os agricultores e empreendedores familiares rurais às políticas públicas direcionadas ao segmento.